



ISSN 1984-5634

DOSSIÊ

APROPRIAÇÕES QUEER DO PASSADO: PENSANDO POSSIBILIDADES A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA COMISSÃO DA VERDADE DO ESTADO DE SÃO PAULO “RUBENS PAIVA”

*Queer appropriations of the past: thinking possibilities
based on the experience of the Truth Commission
of the State of São Paulo “Rubens Paiva”*

LUCIANO RODRIGUES CASTRO*
ANA PAULA DE CASTRO NEVES**
DANIEL ALBUQUERQUE DE ABREU***

RESUMO

Este artigo procura analisar a 98ª audiência da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” a partir de uma perspectiva *queer*. Valendo-se da análise documental, buscamos interpretar as possibilidades abertas pelas performances dos depoentes e o relatório final da comissão, especialmente suas contribuições para complexificar as interpretações hegemônicas acerca do período ditatorial e para refletir sobre as relações entre memória e história.

PALAVRAS-CHAVE: Homossexualidades na ditadura; Teoria *queer*; História *queer*.

ABSTRACT

This article seeks to analyze the 98^a audience of the Truth Commission of the State of São Paulo “Rubens Paiva” from a *queer* perspective. Using documental analysis, we aim to interpret the possibilities opened up by the performances of the deponents and the final report of the commission, specially its contributions to bring complexity to hegemonic interpretations of the dictatorial period and to think the relationships between memory and history.

KEYWORDS: Homosexualities during the dictatorship; *Queer* theory; *Queer* history.

EDITOR-CHEFE:

Vicente da Silveira Detoni

EDITORA-GERENTE:

Renata dos Santos de Mattos

SUBMETIDO: 02.07.2022

ACEITO: 08.10.2022

COMO CITAR:

CASTRO, L.R.; NEVES,
A.P.C.; ABREU, D.A.

Apropriações *queer*
do passado: pensando
possibilidades a partir da
experiência da Comissão da
Verdade do Estado de São
Paulo “Rubens Paiva”. *Aedos*,
v. 14, n. 32, p. 27-48, jul.–dez.,
2022.

<https://seer.ufrgs.br/aedos/>

* Mestre e Doutorando em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás. ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0001-9575-0813>. E-mail: lucianocastro@discente.ufg.br

** Mestre e Doutoranda em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás. ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0002-3308-9115>. E-mail: anapaula_castro@discente.ufg.br

*** Mestre e Doutorando em Direitos Humanos pelo Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da Universidade Federal de Goiás. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-7907-8921>. E-mail: danielabreu@discente.ufg.br

A deflagração do golpe militar em 1º de abril de 1964 pôs fim à República de 1946 em nome de projetos anticomunistas e reformistas. Embora a experiência ditatorial que se estende entre 1964 e 1985 não constitua um período homogêneo, é importante afirmar que o período foi transversalizado por um ímpeto comum que uniu anticomunismo e rejeição à política de massas (NAPOLITANO, 2011).

As interpretações acerca do golpe e do regime militar foram primazia de cientistas políticos, até os anos 1980 (FICO, 2017). Com a abertura de diversos acervos a partir do fim dos anos 1980 (FICO, 2017), a escassez documental (ponto importante para o trabalho de historiadores) deixou de ser a norma e a produção historiográfica tornou-se mais prolífica. Entre os temas relativos ao período que aguardam maior exploração historiográfica está o das dissidências sexuais. Alguns trabalhos têm explorado ricamente este período (GREEN, 2019; GREEN, 2018; QUINALHA, 2021), mas ainda resta muito a ser pesquisado e escrito. Lacuna significativa para a escrita destas histórias tem sido a dificuldade no acesso a fontes, que, apesar de existentes¹, têm tido pouca visibilidade no debate público e têm sido pouco visadas por instituições arquivísticas.

Neste sentido, a realização da 98ª audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” foi de especial relevância: colocou o tema no discurso e registro da oficialidade do Estado; contribuiu, através dos depoimentos e apresentações de historiadores, para socializar o debate já existente; produziu documentação importante, não apenas em termos de registro nos documentos resultantes da Comissão, mas também do livro “Ditadura e Homossexualidade – repressão, resistência e busca pela verdade”.

Este trabalho procura analisar a relevância destes acontecimentos – especificamente, os depoimentos/análises de James Green² e Marisa Fernandes³ na 98ª audiência e o Relatório Final resultante da audiência – para questionar não apenas algumas leituras excessivamente simplistas do contexto ditatorial, mas também certas premissas que parecem se cristalizar a partir da experiência hegemônica de alguns historiadores com o debate sobre o passado levantado pelas Comissões da Verdade, expressa em termos como “judicialização da história” e em concepções que opõem rigidamente as memórias individuais/coletivas à produção historiográfica.

1 Além das fontes escritas que, tantas vezes, são dificilmente acessadas, é importante registrar a possibilidade subexplorada de criação de fontes através de entrevistas com dissidentes sexuais que se caracterizam como atores históricos ainda vivos deste período.

2 Além de militante histórico pelos direitos de pessoas LGBT+ no Brasil, James N. Green é, como afirmado no capítulo *Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos de São Paulo*, “Professor de história do Brasil na Brown University em Providence, Rhode Island, diretor do Brazil Initiative da Brown University e Diretor Executivo da Brazilian Studies Association (BRASA)”. Possui diversos livros, artigos e capítulos de livros tratando da história da homossexualidade masculina no Brasil.

3 Como afirmado no capítulo *Ações Lésbicas*, de 2018, Marisa Fernandes é “Mestre em História Social pela USP. Cofundadora dos Grupos LF – Lésbico Feminista (1979), do GALF – Grupo de Ação Lésbica Feminista (1980/1989) e do CFL – Coletivo de Feministas Lésbicas (1990 até hoje). Publica artigos que percorrem a História do Movimento de Lésbicas no Brasil. Atua desde 1977 como Defensora dos Direitos Humanos pelas liberdades democráticas e por pessoas LGBT+, encarceradas e as mulheres” (FERNANDES, 2018, p. 91).

DISPOSIÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS

Para os propósitos deste trabalho, partimos da perspectiva de que

a história constitui um dentre uma série de discursos a respeito do mundo. Embora esses discursos não criem o mundo (aquela coisa física na qual aparentemente vivemos), eles se apropriam do mundo e lhe dão todos os significados que têm. O pedacinho de mundo que é o objeto (pretendido) de investigação da história é o passado. A história como discurso está, portanto, numa categoria diferente daquela sobre a qual discursa. Ou seja, passado e história são coisas diferentes (JENKINS, 2014, pp.23-24).

Pensada como exercício de representação e discurso, a narrativa histórica pressupõe um encontro entre a materialidade das fontes e o esforço interpretativo daquele que as mobiliza. Aludir à materialidade das fontes não significa, contudo, tomá-las como algo capaz de transparecer o passado sem qualquer tipo de mediação (SAMARA; TUPY, 2010). Como afirmam Ciro Cardoso e Ronaldo Vainfas “a análise de textos em pesquisa histórica é o de que um documento é sempre portador de um *discurso* que, assim considerado, *não pode ser visto como algo transparente*” (CARDOSO; VAINFAS, 1997, p. 377).

Neste sentido, acreditamos que a interlocução entre intérprete e fontes denuncie, sempre, usos do passado. Longe de ser apenas uma manifestação política, a apropriação do passado é parte de todo labor intelectual do historiador, perpassando a escolha do tema de um estudo, o recorte teórico-metodológico (no qual se inclui não apenas uma percepção acerca do tempo, mas também os procedimentos devidos para sua abordagem), a seleção de fontes e o exercício interpretativo. Estas relações – particularmente evidentes em tempos de crise das sensibilidades históricas – foram basilares para a elaboração, por François Hartog, do conceito de regimes de historicidade. Segundo o autor:

Formulada a partir de nossa contemporaneidade, a hipótese do regime de historicidade deveria permitir o desdobramento de um questionamento historiador sobre nossas relações com o tempo [...]. Partindo de diversas experiências do tempo, o regime de historicidade se pretenderia uma ferramenta heurística, ajudando a melhor apreender, não o tempo, todos os tempos ou a totalidade do tempo, mas principalmente momentos de crise do tempo, aqui e lá, quando vêm justamente perder sua evidência as articulações do passado, do presente e do futuro (HARTOG, 2013, p. 37).

O conceito é mobilizado, aqui, para fundamentar a análise de um evento cuja particularidade se dá, entre outros aspectos, pela busca de uma reapropriação do passado a partir de sensibilidades que rompem com algumas tendências consagradas na historiografia hegemônica (marcadamente, o apagamento da presença, atuação, violências e resistências levadas adiante por/ contra dissidentes sexuais no período ditatorial). Trata-se, portanto, de uma reivindicação do passado.

Reivindicação do passado que, deve-se marcar, tem sido encarada como desafio por alguns historiadores. Chamados a tomar parte em debates públicos nos contextos de institucionalização de comissões da verdade e justiças de transição, as operações intelectuais historiográficas hegemônicas têm se encontrado na berlinda pelo que alguns chamam de judicialização da história, levando-os a “questionar em que medida são exequíveis os desejos do historiador de se aproximar de um verdadeiro juiz, que após averiguar bem os fatos, ouvindo testemunhos, deveria sentenciar perante o tribunal da história” (FERREIRA, 2012, p. 97). Parte significativa deste conflito estaria na dissonância entre uma demanda por memória e os imperativos da construção interpretativa do historiador, já que o imperativo

social do testemunho colocaria “desafios para a construção de um discurso histórico consistente na medida em que ele se opõe frequentemente à memória individual” (FERREIRA, 2012, p. 96).

Embora não questionemos a existência de tais desafios, parece-nos importante matizá-los: trata-se, como a experiência analisada neste trabalho evidencia, de uma análise relacionada a problemas surgidos em contextos heteronormativos⁴. Os documentos aqui analisados frutificaram a partir de testemunhos oferecidos por protagonistas históricos que são, também, historiadores. Em diversos momentos, a confortável linha divisória entre memória e história se vê borrada, e passa a ser difícil demarcar onde a análise histórica e o testemunho se diferenciam, a despeito de sua evidente superposição.

Acredito que estas performatividades⁵ e suas especificidades abram espaço, ainda que esta não pareça ser a intenção de seus atores⁶, para uma apropriação *queer* do passado capaz de desestabilizar alguns lugares comuns da escrita histórica heteronormativamente orientada. *Queer*, aqui, é mobilizado como uma noção muito específica, significando tanto “uma recusa da coerência da identidade, da completude do desejo, da clareza do discurso ou da sedução do reconhecimento” quanto “uma forma de crítica que emerge da teoria queer como uma forma de antiutopismo” (HALBERSTAM, 2020, p.273).

Seu uso no presente artigo é não apenas justificado como, também, uma justificativa para a interpretação que aqui avanço. É justificado por promover questionamentos à disciplina da história (construída e avançada, ainda hoje, a partir de uma hegemonia heteronormativa) pela perspectiva de teorizações *queer*, radicalmente construídas e orientadas pelas experiências e propostas políticas de dissidentes sexuais. Este uso é capaz de promover um deslocamento não apenas sobre o tema estudado, mas sua incorporação para pensar o passado nos leva a um exercício de desconstrução (DERRIDA, 1975) da própria disciplina.

Como justificativa⁷ para o presente trabalho, uma mirada *queer* para os eventos em tela nos colocam diante da possibilidade de compreender experiências dissidentes do período ditatorial *a partir de um referencial teórico produzido por dissidências sexuais*, ainda que em anos posteriores e contextos diferentes. É verdade que o silêncio da disciplina da história acerca das dissidências sexuais, como bem lembrou Tânia Navarro-Swain, é um silêncio político (2008). Mas é mais do que isto. É, também ele, uma forma de produção da abjeção (BUTLER, 2019) à qual os corpos dissidentes se

4 Reproduzimos, aqui, a definição de definição de David Foster, para quem “Por heteronormatividade se entende la urgencia imperativa de ser heterosexual y de abogar en todo momento y a toda costa por la primacia de lo heterosexual (...)” (FOSTER, 2001, p. 49).

5 Trabalhamos com o conceito de performatividade a partir de Judith Butler, que o apresenta como uma concepção a partir da qual o gênero é (e precisa ser) produzido e atualizado constante e cotidianamente, a partir de atos performativos capazes de atualizarem ou subverterem as prescrições de gênero do sistema de sexo-gênero-desejo nos corpos que fabricam. Segundo a autora: “(...) a performatividade deve ser compreendida não como um ato singular ou deliberado, mas, ao invés disso, como a prática reiterativa e situacional pela qual o discurso produz os discursos que ele nomeia. (...) as normas regulatórias do sexo trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar a diferença sexual a serviço da consolidação do imperativo heterossexual” (BUTLER, 2003, p.154-156).

6 É importante distinguir entre o movimento LGBT – aos quais os atores analisados pertencem – e os posicionamentos/identificações *queer*. O primeiro diz respeito, em linhas gerais, a um movimento social que busca demarcar afirmativamente certas identidades sexuais e assegurar-lhes direitos e representação/representatividade. O segundo se refere a algo menos facilmente definível: as performatividades *queer* – intelectuais ou não – têm tido como traço frequente a busca pela desestabilização identitária e o questionamento de binarismos. Embora, como demonstra Leandro Colling (2018), ambos se influenciem no contexto recente brasileiro, seus princípios, pressupostos e metas são marcados por fortes diferenças.

7 Até onde este autor foi capaz de mapear a literatura existente, este é o primeiro trabalho a empregar ostensivamente as teorizações *queer* como principal substrato para interpretar as experiências das Comissões Nacionais/Estaduais da Verdade no Brasil.

veem constantemente submetidos. *A disciplina da história, como tem sido escrita hegemonicamente, é uma tecnologia de gênero* (LAURETIS, 2019).

Pensando as narrativas históricas como parte da sociedade em que circula e como tecnologia de construção/subjetivação corporal, não é nosso propósito – ao menos não neste texto – debater sobre a possibilidade ou impossibilidade de uma história *queer*. Apesar disto, para efeitos de um debate capaz de oferecer subsídios para desconstruir (DERRIDA, 1975; KLEINBERG, 2017) as operações historiográficas hegemônicas, as teorizações *queer* se mostram particularmente ricas. Como afirmam Elias Veras e Joana Maria Pedro:

a operação historiográfica *queer* pode funcionar como ferramenta para a desconstrução da construção histórica dos binômios homem/mulher, masculino/feminino, heterossexual/homossexual, normal/anormal, centro/periferia, natureza/cultura; desconstrução da constituição desses pares; desnudamento das relações de poder (lembremo-nos de Foucault!) que os legitimam; crítica aos dispositivos de produção da abjeção, estigmatização e exclusão. Desconstrução, deslocamento e reconfiguração (VERAS; PEDRO, 2017, p.137).

Para operacionalizar esta análise, como afirmamos anteriormente, elencamos três fontes privilegiadas: os depoimentos/análises históricas, na 98ª Audiência Pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, de James Green e Marisa Fernandes; bem como o Relatório Final originado desta audiência. Os depoimentos foram transcritos para, em seguida, serem submetidos aos procedimentos da análise documental.

Para os processos de qualificação externa e interna – por meio das quais procedeu-se, respectivamente, à caracterização crítica formal (da autoria, proveniência e contextualidade) e à análise crítica do conteúdo dos documentos – tivemos em mente que tais operações demandam “após ter reunido, criticado e dissecado o conjunto de documentos disponíveis, em estabelecer encadeamentos entre os diversos componentes do tema estudado [...] e construir um discurso atribuindo-lhes coerência e sentido” (SAMARA; TUPY, 2010, p. 119).

A qualificação interna, particularmente, foi efetuada a partir dos procedimentos de análise documental preconizados por Katy Charmaz. Segundo a autora, começamos por:

separar, classificar e sintetizar esses dados por meio da codificação qualitativa. Codificar significa associar marcadores a segmentos de dados que representam aquilo de que se trata cada um dos segmentos. A codificação refina os dados, classifica-os e nos fornece um instrumento para que assim possamos estabelecer comparações com outros segmentos de dados. [...] Redigimos anotações analíticas preliminares sobre nossos códigos e comparações [...] – estas anotações são chamadas de memorandos. Com o estudo dos dados, a comparação e a redação dos memorandos, definimos as ideias que melhor se ajustam e interpretam os dados como categorias analíticas provisórias. [...] nossas categorias analíticas e as relações delas extraídas nos fornecem um instrumento conceitual sobre a experiência estudada (CHARMAZ, 2009, p.16)

Embora muito possa ser extraído do material em análise, duas categorias analíticas extraídas do contato com o material são centrais para a construção de nossa reflexão, neste artigo: *a pluralidade das esquerdas que se opunham ao regime militar* (adiante tratada como *pluralidade das esquerdas*) e *a superposição entre pessoalidade/privacidade e política/publicidade nos regimes de escrita da história* (adiante tratada como *políticas da operação historiográfica*).

FUNDAMENTAÇÃO HISTORIOGRÁFICA

Em seu editorial datado de 3 de abril de 1964, o *Jornal do Brasil* afirmava que “A virilidade do movimento cívico que reinstalou o império da lei e da liberdade no país, que demonstrou a aversão do povo brasileiro à comunização, que repudiou a agitação e a opressão, repercutiu de modo intenso em todo o mundo” (JORNAL DO BRASIL, 1964, apud MOTTA, 2021, p.21). O veículo (àquela altura um dos maiores representantes das tendências de concentração jornalística em oligopólios empresariais) fora voz ativa, nos últimos anos, de uma cruzada político-ideológico “anticomunista”, autointitulada “Rede da Democracia).

O medo e a ansiedade nos campos centrista e conservador resultaram em aproximação com as posições da direita radical. Apelos por uma frente que reunisse todas as forças e grupos contrários à “comunização” do país desdobraram-se na constituição da “Rede da Democracia”, que apesar do nome viria a abrir caminho para o golpe de 1964. Ela representava um acordo de cooperação entre alguns dos maiores conglomerados de comunicação do país, os grupos Globo, Diários Associados e Jornal do Brasil, que encetaram uma poderosa ofensiva de propaganda contra a esquerda (MOTTA, 2021, p. 29).

Importantes movimentos historiográficos têm buscado estabelecer interpretações mais sofisticadas das relações entre sociedade e estado no período ditatorial, complexificando a compreensão da diversidade de relações estabelecidas entre diversos segmentos e instituições sociais com o estado ditatorial e sua variabilidade ao longo das duas décadas de exceção política. Diante das possibilidades abertas por estes importantes movimentos interpretativos, é possível (e salutar) levantar questionamentos que nos coloquem diante da desconcertante pergunta: a despeito do caráter repressivo e violador de um estado de exceção, quais foram os pontos de contato e superposição ideológicos entre violadores e violados?

Este subtópico, não por acaso, foi iniciado com um exemplo jornalístico. As memórias hegemônicas sobre o regime militar aludem ao período, em geral, pela chave representativa da repressão e da ausência de liberdade. Mesmo a historiografia de mais alta qualidade costuma ficar neste plano, ao pensar a relação entre estado e meios de comunicação⁸, por exemplo. Interessante exceção vem do trabalho de Beatriz Kushnir, que estudou detalhadamente as relações entre censura, censores e grupos não-estatais.

No Brasil do final da década de 1980 percebia-se como era difícil, para alguns, abrir mão desse “sândico” da moral e dos bons costumes. Censurar e permitir tornavam-se ações duais na sociedade brasileira. As manifestações de parcela da sociedade civil que clamavam por mais controle demonstravam que a tesoura e os cortes respondiam aos anseios de parte dos brasileiros, durante o tempo em que estiveram em vigor no período pós-1964 (KUSHNIR, 2014, p.47).

Esta estranha simbiose entre um estado ditatorial e parcelas da sociedade que reclamavam censura foi um dos canais privilegiados a partir dos quais o conservadorismo compartilhado por diferentes grupos sociais se manifestou. Esteve longe, contudo, de ser exclusivamente uma questão de “cortes e tesouradas”. É extremamente sintomático, neste sentido, que um dos principais jornais “alternativos”

⁸ Exemplo interessante é o da historiadora e comunicóloga Marialva Barbosa, nome de referência em estudos sobre história da imprensa no Brasil, quando afirma que “Falar da década de 1960 é também se referir às consequências da censura política que se abate sobre a imprensa, o que foi decisivo para o apartamento da polêmica em torno desse tema dos meios de comunicação” (BARBOSA, 2010, p.175).

do período – o *Em Tempo*⁹ – tenha publicado, em 1978, um trabalho jornalístico intitulado “O que você acha, homossexual é gente?” (SCHMIDT; BASTOS; MEDEIROS, 2021).

Lembrar a convergência de conservadorismos – à esquerda e à direita do espectro político daqueles tempos – reclama uma interpretação complexa do poder: é preciso pensá-lo como algo que ultrapassa a negação e a punibilidade, que pode ser não apenas exclusivamente exercido ou sofrido, mas ambivalentemente ocupado a partir de microrrelações contínuas que envolvem constantes processos de vigilância e produção discursiva capazes de “(...) ao mesmo tempo fazer que cresçam as forças sujeitadas e a força e eficácia daquilo que as sujeita” (FOUCAULT, 2005, p.31).

Ocupar intelectualmente os espaços e temáticas ainda pouco explorados sobre o período ditatorial requer, portanto, pensar a construção de um regime político autoritário que dialogou fortemente com conservadorismos sociais e culturais. A *virilidade restauradora* a que aludia o editorial do Jornal do Brasil reclama-nos a capacidade “(...) de compreender não apenas as proibições e interdições, mas como a ditadura brasileira traçou uma linha de classificação das condutas sexuais consideradas legítimas e aceitáveis com discursos positivos” (QUINALHA, 2018, p.23). Sobretudo, pensar como estas construções político-institucionais estiveram em diálogo e interação com diversos setores da sociedade brasileira ao longo dos anos 1964-1985.

Importa destacar aqui, que a ditadura militar não compõe um período homogêneo. Como destaca Marcos Napolitano, os elementos unificadores do regime eram sua rejeição às massas, o anticomunismo e o desenvolvimento industrial ligado ao capital internacional. “De resto o regime não tinha uma ideologia ou uma política de governo constante e coesa” (NAPOLITANO, 2011, p. 210).

No período ditatorial militar vigente no Brasil entre 1964 e 1985, os aparelhos do Estado endereçaram a questão das homossexualidades justamente a partir das preocupações de natureza securitária, já que “nos anos 1960, 1970 e 1980, ideólogos conservadores e planejadores da segurança nacional igualaram homossexualidade com subversão inimiga, [e] recorreram a uma tradição reacionária já presente há décadas” (COWAN, 2021, p. 28). Tratou-se, como alcinhou Renan Quinalha, de uma ditadura hetero-militar, já que “a retórica da moralidade pública e dos bons costumes foi central na construção da estrutura ideológica que deu sustentação à ditadura de 1964” (QUINALHA, 2018, p.230).

As dissidências sexuais, ao longo de todo o período, resistiram e buscaram afirmar-se (a despeito das persistentes violências) das mais diversas formas, explorando as oportunidades abertas pelos variantes contextos entre 1964 e 1985¹⁰. No período da redemocratização, como explorou o historiador Benito Bisso Schmidt (2018) ao estudar a trajetória do candidato José Carlos Oliveira, abriram-se

9 Como ressaltam Benito Schmidt, Mariana Bastos e Tiago Medeiros, “o jornal *Em Tempo* –[era] uma publicação de imprensa alternativa que, além de tratar de questões do movimento dos trabalhadores, sindicatos e outros assuntos político-partidários, passou a abrir espaço para temáticas que eram vistas como tabus pela sociedade brasileira – tais como a homossexualidade e a sexualidade feminina” (SCHMIDT; BASTOS; MEDEIROS, 2021, p. 29)

10 O nascimento do primeiro movimento de dissidências sexuais organizado ocorreu apenas em 1978 – tratava-se do grupo SOMOS, já no contexto da “distensão”. Segundo Ronaldo Trindade: “O movimento homossexual brasileiro que se configurava nesse momento se produziu em diálogo com a nova esquerda, rompendo com a esquerda tradicional, representada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Essas organizações haviam falhado em canalizar as novas formas políticas dos novos movimentos sociais e incorporar as manifestações artístico-culturais como elementos políticos. A juventude, a voz mais audível nas lutas pelo retorno da democracia, era quem integrava as organizações revolucionárias. Muitos desses jovens também passaram a se identificar com as demandas dos movimentos feminista, ecológicos, raciais e sexuais, além de aderirem a movimentos culturais o *desbunde* ou a *tropicalia*” (TRINDADE, 2018, pp. 235-236).

“possibilidades e limites de uma militância em favor dos direitos dos homossexuais” (SCHMIDT, 2018, p. 309).

Espaço de grande importância para narrar e evocar estas múltiplas experiências de opressões e resistências foram as Comissões da Verdade brasileiras que dedicaram espaço às dissidências sexuais. O surgimento destas comissões é resultante de um longo processo de demandas por verdade que se estenderam por décadas de demandas e lutas de sobreviventes, familiares, movimentos sociais, políticos e intelectuais brasileiros, em conexão com as experiências de justiça de transição efetuadas na América Latina e outros continentes (BRASIL, 2014).

As demandas por verdade, memória e justiça capazes de lançar luz sobre os horrores e silêncios acerca do período ditatorial são originários da própria experiência dos sobreviventes das arbitrariedades do estado de exceção e de seus familiares¹¹. A partir do legado da Lei de Anistia de 1979 (que consagrou uma passagem histórica incapaz de trazer à luz o caráter autoritário, violento e ilegal do regime militar), e da redemocratização nos anos 1980, iniciativas de movimentos da sociedade civil passaram a ter um importante papel na denúncia e resgate das arbitrariedades do passado recente brasileiro. A iniciativa *Brasil, nunca mais*¹² foi, neste contexto, o exemplo central de iniciativa da sociedade civil organizada a disputar memória e demandar ações que evitassem a repetição das atrocidades verificadas no período de 1964-1985, chegando a contribuir para a publicação do “Dossiê de mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964”, em 1995. A partir deste ano, uma série de dispositivos legais e inovações institucionais importantes passam a ser arquitetadas, representando um processo razoavelmente cumulativo na produção de saberes de que se valeriam as primeiras experiências da CNV¹³. Esta, no entanto, só foi convertida em lei em 2011 e começou seus trabalhos em 2012.

Somando as pautas defendidas pelos familiares das vítimas e militantes dos direitos humanos, à aprovação, em 2009, do Programa Nacional de Direitos Humanos e a sentença condenatória de 2010 da CIDH, nos deparamos com o contexto em que, em 2010, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva expediu um ato presidencial instituindo um grupo de trabalho responsável por elaborar o anteprojeto de lei de criação da CNV, que tramitou e foi convertido na Lei 12.528 de 2011. Em maio de 2012, os membros da CNV foram empossados pela presidente Dilma Rousseff (ela própria uma das vítimas do

11 Como destacado no próprio Relatório da CNV: “Os trabalhos da CNV procuraram responder às reivindicações de perseguidos políticos, presos durante a ditadura, que se arriscaram denunciando a tortura sofrida nas dependências militares. Alinharam-se aos esforços dos familiares na incessante busca de informação a respeito das circunstâncias da morte e do desaparecimento de seus entes queridos” (BRASIL, 2014, p.23).

12 Como afirmado no relatório da CNV: “A redemocratização do regime tornou pública uma importante iniciativa que vinha sendo desenvolvida a partir da Lei de Anistia, o projeto *Brasil: nunca mais*. Capiteado pela Arquidiocese de São Paulo e pelo Conselho Mundial de Igrejas, sob a coordenação do cardeal d. Paulo Evaristo Arns e do reverendo Paulo Wright, o *Brasil: nunca mais* é considerado a maior iniciativa da sociedade brasileira na denúncia das graves violações de direitos humanos praticadas durante a ditadura militar e se tornou obra de referência quando se debate o papel das organizações não governamentais na agenda da Justiça de Transição. O *Brasil: nunca mais* tornou-se possível na medida em que advogados conseguiram retirar os autos dos processos criminais dos cartórios da Justiça Militar, para fins de apresentação da petição de anistia, aproveitando-se disso para extrair cópia de toda essa documentação. A sistematização de informações sobre a prática da tortura no país teve por base, assim, o depoimento dos presos políticos, quando interrogados nos tribunais militares” (BRASIL, 2014, p.24).

13 Isto fica particularmente evidente no relatório da CNV: “No mesmo ano foi sancionada a Lei no 9.140/1995, pedra angular de todo o processo de reconhecimento de responsabilidade do Estado brasileiro pelas graves violações de direitos humanos praticadas pela ditadura militar. [...]A lei instituiu a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos (CEMDP), concedendo-lhe poderes para identificar aqueles que, em razão de participação ou acusação de participação em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, faleceram em dependências policiais ou assemelhadas, por causas não naturais. [...]A própria Lei no 12.528/2011, que criou a CNV, considerou os trabalhos da CEMDP ao fazer referência, entre as graves violações de direitos humanos que mereceriam a atenção do novo órgão, a casos de morte, e não apenas de execução” (BRASIL, 2014, p. 25-26).

regime de 1964) em uma grande solenidade no Palácio do Planalto, que contou com a presença dos quatro ex-presidentes da transição democrática – Jose Sarney, Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva (PAULA; VIEIRA, 2020, p.138).

A partir da CNV, diversas iniciativas estaduais e locais de busca de verdade e justiça passaram a multiplicar-se pelo país (HOLLANDA; ISRAEL, 2019). Apesar de convergirem em sua busca por verdade, as comissões divergiram em aspectos como a postura requerida em audiências e o perfil dos convidados. No caso específico da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” há um

aberto enfrentamento com tal paradigma de imparcialidade [da CNV], Adriano Diogo, então deputado estadual pelo estado de São Paulo e presidente da Comissão Rubens Paiva, refere-se à CNV como uma espécie de anti-modelo de ação: “enquanto na Nacional [CNV] não podia ter família envolvida, militante, aqui tinha tudo isso” [...]. A comissão paulista fixa no centro de sua criação identitária a necessidade de representantes e representados compartilharem um ponto de observação comum da realidade [...] A CRP acolhe a premissa de que experiências aproximadas de vida fundam sensibilidades comuns que devem ser representadas –como condição de coerência ou ausência de “distorções” do processo representativo (HOLLANDA, ISRAEL, 2019, p.13-14).

Esta postura específica da CRP e as experiências dela advindas na 98ª audiência – como ficará evidente a partir da exposição das fontes e das discussões empreendidas a partir de sua análise – são centrais para o que interpreto como uma abertura a utilizações *queer* do passado. A presença de sobreviventes e testemunhas conferiu uma possibilidade de apropriação do espaço público da audiência para produzir saberes capazes de tensionar com maior potencial de subversão a memória oficial.

É importante demarcar que as Comissões da Verdade no Brasil foram espaços disputados. Tratou-se de espaços para os quais houveram diferentes propostas sobre quem poderia falar, sob quais condições e em que medida (PAULA, VIEIRA, 2020; HOLLANDA, ISRAEL, 2019). Houve, neste contexto, como demarca Renan Quinalha, “resistências geradas, sobretudo pelo preconceito e pela falta de sensibilidade que alguns comissionados demonstraram para aceitar que tal tema frequentasse os trabalhos de investigação histórica (...)” (QUINALHA, 2018).

Isso não foi suficiente para impedir algumas experiências bem sucedidas: como destaca o próprio autor, as Comissões Estaduais da Verdade de São Paulo e Rio de Janeiro e a Comissão Nacional da Verdade tiveram um capítulo específico dedicado ao tema das relações entre ditadura e homossexualidades. É a partir da experiência paulista e das fontes ali produzidas que a análise a seguir foi feita.

FONTES E DISCUSSÃO

Pluralidade das Esquerdas

Em ensaio recente, Carlos Fico afirmou que

Tenho dito que “não devemos reduzir a história do Brasil entre 1964 e 1985 à história da ditadura militar”. Essa frase é apenas um jogo de palavras com o qual, não obstante, tenho tentado chamar atenção para o fato de que nem tudo o que aconteceu naqueles anos decorre da circunstância de ter havido uma ditadura militar. Muitos exemplos de fenômenos tipicamente referidos à ditadura militar poderiam ser mencionados como tendo sua origem, entretanto, em etapas anteriores. Isso aconteceu com a censura de diversões públicas, com a propaganda política, com o Conselho Federal de Cultura, com várias fórmulas no campo político (...) (FICO, 2017, p. 31).

No prefácio escrito para o livro *Ditadura e Homossexualidades – Resistência, Repressão e a Busca pela Verdade* (2021), o autor faz afirmação semelhante para se referir às experiências das dissidências sexuais no período. Há o mérito evidente, em sua afirmação, de compreender o desenrolar histórico brasileiro em duração menos imediata e permitir uma interpretação mais complexa acerca do que muda e do que permanece no período de exceção. Sua falha mais evidente, contudo, está em desligar a vivência de dissidências sexuais não apenas de questões políticas relativas à institucionalidade do estado, mas também em pensar de modo excessivamente estreito as relações entre Estado e sociedade. Esta perspectiva é particularmente evidente em outra passagem: “o que define a natureza dos eventos da história política não é a rede de apoios com que contam, mas os sujeitos históricos que os engendram. [...] Falar simplesmente em apoio é impreciso” (FICO, 2017, p.33).

Em chave analítica menos problemática, autores como Daniel Aarão Reis Filho (1990) e Denise Rollemberg (2003) têm procurado compreender a construção social do autoritarismo brasileiro e, em consequência – ao pensar as dinâmicas entre políticas institucionais e as bases sociais com as quais dialogam – os insucessos das oposições armadas ao regime militar brasileiro. Como afirma Reis Filho “as ações armadas, desfechadas desde 1967, não puderam constituir-se em expressão política de movimentos ou lutas sociais. [...] O que impressiona é a defasagem entre suas propostas e a realidade viva do processo social” (REIS FILHO, 1990, pp.72-72). Estes movimentos, que percebiam-se como vanguardistas, legitimados por teorias científicas (ROLLEMBERG, 2003) não tiveram apenas desconhecimento acerca da sociedade que buscava transformar, mas eram marcados, também eles, por cisões internas que expressavam ritmos de subalternização advindos de marcadores como raça, sexualidade ou gênero. Como afirmou a historiadora Cristina Wolff, em relação a este último: “Vivia-se esta contradição – por um lado admitia-se a importância das mulheres, mas, por outro, era difícil incorporá-las como iguais” (WOLFF, 2010, p.151).

Marcar as dinâmicas contraditórias existentes entre organizações de esquerda às quais pertenciam/ com as quais se identificavam e a dificuldade de viver a própria sexualidade foi um dos principais temas que emergiu, ao longo da 98ª audiência. A presença constante de alusões explícitas a esta situação, tanto no relatório da Comissão como nos depoimentos analisados, nos levaram a percebê-la como uma categoria estruturante da construção de memória avançada naquela ocasião. Como afirmou James Green, “grandes setores das esquerdas compartilhavam as mesmas noções moralistas e homofóbicas que marginalizavam os seus militantes, que tinham desejos homoeróticos” (CNV, 2014, apud SÃO PAULO, 2014, p. 14).

O relatório dedica uma sessão inteira a debater o tema, e é enfático já nos primeiros parágrafos da mesma:

É importante notar que a população LGBT sofreu tanto a violência moralista da ditadura quanto o preconceito no interior dos próprios grupos opositores ao regime. Mas, é preciso ressaltar desde início, que não se pode colocar lado a lado como se equivalentes fossem, a violência de Estado com todo seu aparato de legitimidade e de repressão armada e a concepção atrasada de determinada parcela dos grupos de esquerda que reproduziram o preconceito diluído na sociedade brasileira. É preciso saber diferenciar essas duas formas de LGBTfobia vividas durante a ditadura, cada uma delas com um alcance e um sentido diferenciados em relação à outra (SÃO PAULO, 2014, p. 10).

Como é possível observar a partir desta passagem, trata-se de um movimento duplo: reafirmar o caráter repressivo e violento do Estado brasileiro no período, demarcando as características específicas da violência de Estado sofrida pelos dissidentes sexuais; marcar a existência, dentro das esquerdas revolucionárias, de pressupostos moralistas que se superpunham àqueles que fundamentavam a ditadura hetero-militar (QUINALHA, 2018).

Marca-se, neste sentido, a partir dos testemunhos e documento escrito, uma ambivalência na experiência de militantes gays e lésbicas que se opunham ao regime: eram vítimas, frequentemente, da truculência de Estado, ao mesmo tempo em que enfrentavam desafios, marginalização e, por vezes, violência física (ou ameaças) dentro dos espaços de esquerda. Neste sentido, Marisa Fernandes relata, em seu depoimento, acontecimento do começo dos anos 1980, quando um grupo de mulheres lésbicas participou de importante de uma importante reunião em São Paulo:

Então nós tivemos muita dificuldade, enquanto mulheres lésbicas, de adentrar o movimento feminista. Isso se deu quando nós fomos participar, já como lésbicas organizadas - dentro do SOMOS nós criamos um grupo que chamava *lésbico-feminista* - e fomos adentrar à coordenação do 2º Encontro da Mulher Paulista, que se daria na PUC, nos dias 7 e 8 de março. Dentro desta coordenação [...] ela não foi nada bem aceita, não é? Por quê? Porque pela primeira vez nós colocávamos a questão da sexualidade da mulher, da importância de um Congresso da Mulher Paulista começar a discutir isso. As mulheres precisavam começar a falar delas mesmas, do corpo delas, do desejo, do prazer delas, de como isso se dava para além da luta por liberdade, do direito à creche e de todas as outras verdades e necessidades que as mulheres enfrentam no seu cotidiano. Mas os grupos feministas recebiam que a nossa presença ali, lésbicas, pudesse afugentar as mulheres das periferias e mesmo comprometer a representatividade do movimento feminista, porque tudo ainda era muito nascente nesse país. Ocorre que durante a realização tanto da comissão organizadora quanto já do 2º Congresso da Mulher Paulista, esse congresso teve uma quantidade bastante grande de mulheres que eram ligadas a organizações políticas “autoritárias” de uma esquerda, centralizadora, patriarcal, um pouco reacionárias, também, que pregavam, também, juntamente com nós, ali, feministas e lésbicas, que não existia a violência contra a mulher, mas única coisa que de fato existia era a violência ditatorial contra homens e mulheres da classe operária, e que as nossas propostas de se refletir sobre as especificidades das mulheres eram elitistas, e que isso pouco interessava ao povo e à revolução. Nos acusaram de ser divisionistas da luta maior - a luta de classes - e de sermos contra a luta contra a ditadura. Nosso ingresso dentro do movimento feminista foi pesado, foi difícil. Essas mulheres chegaram a rasgar um painel que nós lésbicas colocamos na frente do saguão da PUC, *elas chegaram às vias de fato, agressão física*, foi bem difícil. Ainda bem que a gente não desistiu ali (CNV, 2014a).

Essa dinâmica marcada por violações e ambivalências é também recuperada (ainda que de maneira mais difusa) em seu testemunho ao evocar passagem de uma matéria jornalística saída no *Lampião de Esquina* - que, segundo suas pesquisas, representa “a primeira vez que as lésbicas escrevem sobre si próprias”.

sabemos e conhecemos a existência da repressão, e não falamos apenas daquela do camburão, do cassete, da bomba de gás, falamos daquela que está presente, nas nossas relações na família, no emprego, com os amigos na escola. Falamos da repressão que, pelos mais variados mecanismos, meios de comunicação, educação, religião e outros, nos diz o que somos ou devemos ser, querer, desejar, na tentativa de nos amoldar. Nos diz ainda quais são os valores que devem reger nossa conduta, comportamento, desejos. Nos diz enfim, que para o bem da ordem, é necessário, calar, sufocar, sob pena de ... a repressão perpassa todas as esferas do nosso existir, o fato de sermos mulheres homossexuais duplica a nossa barra. Nós

estamos atrasadas, porque os valores garantidos pelos esquemas repressivos têm conseguido um desempenho eficaz, nós estamos atrasadas porque eu, você, aquele ali, aquela outra, nós, enfim, também assimilamos essa repressão toda. Nós estamos atrasadas, mas nos propondo na atualidade a meter o cotovelo e ir abrindo o caminho, o tempo passa, mas na raça nós chegaremos lá, as coisas têm de mudar, acabamos de ter uma alucinação democrática, nós estamos atrasadas, mas ninguém melhor do que nós para lutar contra a opressão a que estamos submetidas. Já lemos nalgum lugar, ninguém melhor que o oprimido para lutar contra a opressão (CNV, 2014a)

Aqui, mais uma vez, é possível perceber subjetividades divididas, por um lado, entre a repressão oficial e, por outro, os constrangimentos sociais que garantiam a reprodução de práticas e corpos heteronormativos.

No testemunho de James Green é possível perceber outra linha de raciocínio relevante. Trata-se de sua proposta de utilizar o espaço das Comissões da Verdade como ponto privilegiado para redimensionar a compreensão sobre o significado e os impactos da ditadura militar brasileira. Ele afirmava que:

Falei aos membros da Comissão que eu achava importante abrir muito mais o conceito da ditadura militar que dominava o país durante 21 anos. As vítimas do regime militar não eram somente os militantes da esquerda que levantaram armas ou que insistiram em organizar atividades contra o regime. O estado de exceção que foi instalado ilegalmente em 1964 afetou toda a sociedade brasileira. Argumentei que em 1968, quando Costa e Silva decretou o AI-5, estavam acontecendo transformações muito importantes na sociedade brasileira. Novos movimentos e novas ideias estavam circulando no país e internacionalmente sobre a luta contra a opressão da mulher, o movimento pelos direitos civis dos negros, nos Estados Unidos teve um impacto internacional na consciência negra, incluindo no Brasil. E como vocês devem saber muito bem, surgiu em 1969, no Estados Unidos, um forte movimento de gays e lésbicas nos Estados Unidos, na Europa e na América Latina [...], reivindicando plenos direitos democráticos e sociais. A repressão, a tortura e o medo que encobriu o Brasil em 1969 eliminou as possibilidades de formação de um movimento LGBT neste país (CNV, 2014).

Aqui, novamente, é possível detectar a busca pela desestabilização de narrativas cristalizadas sobre o regime, embora seja importante ressaltar que, em momento algum, o testemunho assumia um tom revisionista. Trata-se, na verdade, de uma busca por complexificação das narrativas históricas e da ampliação do leque de memórias incluídas em discursos oficiais.

Como é possível perceber a partir das fontes, a relutância em relação às homossexualidades e as violências daí advindas eram diferentes, se comparamos o aparelho repressor do Estado e os movimentos de esquerda. No primeiro, pareciam estar mais ligados a um temor de degeneração nacional (COWAN, 2021), enquanto no segundo, como o testemunho de Marisa Fernandes ilustra, parecia ser encarado como divisionismo dentro de grupos que se arrogavam o papel de “motor da história”. A despeito de suas diferenças, resta claro que a rejeição às dissidências sexuais era um ponto comum e de superposição entre a maioria dos movimentos de esquerda e os aparelhos estatais, que foram igualmente capazes de perpetrar violências simbólicas e físicas contra gays, lésbicas e travestis.

Esta percepção nos permite, de um ponto de vista *queer*, uma apropriação deste passado que tem sido confortavelmente narrado de forma binária, nos discursos hegemônicos e liberais sobre o regime. A partir das fontes expostas, é possível elencar três elementos comuns: a) a afirmação de uma resistência das homossexualidades ao regime militar, demarcando e afirmando um elemento de *presença* nos eventos históricos de que foram esquecidos, em narrativas oficiais; b) O sofrimento

de violências (diferenciadas, em muitos pontos) por parte do estado ditatorial e dos movimentos de esquerda dos quais participavam; c) A necessidade de complexificar as narrativas sobre efeitos e resistências à ditadura militar.

Se consideramos o *queer* como uma forma de saber que, em sua especificidade, não apenas propõe uma leitura sobre gênero e sexualidades, mas também uma perspectiva hiperbólica sobre os regimes de produção de verdade (BOURCIER, 2000), sua presença em uma interpretação sobre a Comissão Estadual da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” é relevante por sua proposição de que saberes não espelham verdades transcendentais, mas são, eles mesmos, processos produtivos de discursos, corpos e materialidades. À medida em que a Comissão se constitui num espaço disciplinar, em que há regras específicas sobre quem pode ou não falar, em quais circunstâncias, sob que limites, o grande potencial da teoria *queer* para a análise está em evidenciar os trabalhos ali desenvolvidos como uma *produção narrativa de verdades*, capaz de disputar espaço com outras versões do passado. Conforme Bourcieu, “En effet, la théorie queer problématisé et politisé non seulement le corps mais aussi – et c’est la sa forte dimension épistémologique – le savoir et la production de vérité, bref les rapports savoir-pouvoir” (BOURCIER, 2012, p. 175).

O primeiro elemento constitutivo das fontes expostas - o da presença - recupera as dinâmicas de subversão de gênero a que o conceito de performatividades de gênero de Judith Butler alude, especialmente quando consideramos as narrativas históricas hegemônicas como tecnologias de gênero normativas. Ao afirmar a presença de sujeitas e sujeitos dissidentes em períodos dos quais a memória oficial heteronormativa os apagou, o discurso memorial produzida na 98ª Audiência reinscreve, narrativamente, estas dissidências em eventos históricos que tradicionalmente possuem força de interpelação, capazes de, em processos de leitura ou aprendizagem, invocar identificações ou reiterar abjeções. Alargando o campo figurativo das narrativas, esta inscrição passa a dinamizar novas formas de identificação a partir da memória oficial, viabilizando, em alguma medida, sua invocação performática por dissidentes sexuais para reivindicarem a humanidade da qual foram excluídos historicamente (BUTLER, 2019).

O segundo elemento – as múltiplas origens das violências sofridas – é importante para levar a compreensão sobre o período além da oposição entre um estado opressor a que se opôs uma sociedade em busca de democracia e liberdade, para pensar em quais pontos os interesses de grupos e propostas de mundo fortemente díspares empreenderam ações e encamparam preconceitos semelhantes que, se não eram totalmente equivalentes, estavam longe de se opor. Mais que isto, seu interesse na produção de (hétero) normas foi capaz de se superpô-los enquanto agentes que produziram, com igual eficácia, corpos e subjetividades consideradas abjetas, ainda que estes grupos se vissem como atores completamente antagonísticos no contexto em tela.

Trata-se, enfim, de enriquecer a importante noção de que o período militar foi o de uma ditadura hetero-militar (QUINALHA, 2018), recobrando a percepção de que a construção social deste regime autoritário se deu em diálogo com uma sociedade fortemente heteronormativa, mesmo nos espaços em que ventilava-se posturas vanguardistas e discursos sobre o “progresso histórico”.

Em relação ao último elemento constituinte das narrativas encontradas nas fontes, o posicionamento de James Green sobre outras maneiras possíveis para conceber-se a ditadura militar – que tem forte influência sobre os resultados da 98ª audiência, como é possível constatar a partir do

teor da documentação – é paradigmático. Traz para primeiro plano a consciência e instrumentalização da dimensão produtiva das Comissões da Verdade. Ali fica evidente não apenas a potencialidade da instituição para a produção de verdades, mas a consciência dos atores sociais que a mobilizam neste sentido.

Em segundo lugar, a narrativa avançada não apenas propõe uma percepção bastante diferente daquela de Carlos Fico (exposta no começo deste subtópico), mas também de redimensionamento intelectual que abre brechas para repensar a política como algo que está muito além do binômio Estado-Sociedade Civil e das instituições construídas a partir dele. Parece haver uma brecha para conceber a política como algo menos tangível, algo localizável menos na ação de agentes e instituições históricas individuais e mais em âmbito performático-discursivo, à maneira como tem sido explorada por autores como Jacques Rancière (2018), Judith Butler (1997) e Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (2015).

Políticas da operação historiográfica

Gostaríamos, por fim, de ressaltar aquelas que consideramos duas das mais potentes contribuições da 98ª audiência para a viabilização de uma apropriação *queer* das experiências passadas: as dinâmicas relações, diferenças e superposições entre memória e história; e as relações entre a escrita da história e os arquivos constituídos ou por constituir.

Desde a obra pioneira de Maurice Halbwachs (2004), não apenas as ciências sociais se viram deslocadas pela inventiva percepção acerca do caráter social da memória, mas também a pesquisa histórica foi colocada diante de interrogações significativas: estudar e utilizar a memória para a produção de estudos historiográficos demandava repensar algumas das dinâmicas teóricas e metodológicas relativas ao estatuto do conhecimento e das práticas disciplinares até então hegemônicas.

Alguns autores que enfrentaram tais problemáticas se tornaram clássicos, como Pierre Nora (1984), Jacques Le Goff (2003) e Michael Pollak (1989;1992). A práticas e perspectivas da história oral, igualmente, contribuíram e foram beneficiadas pelas reflexões acerca da memória coletiva.

Central para este rearranjo teórico-metodológico foi a capacidade de não apenas definir o que era *memória* e o que era *história*, mas também de afirmar os pontos em que elas se conectavam e aqueles em que se diferenciavam. A obra de Paul Ricœur (2007) oferece contribuição particular, neste sentido, ao estabelecer uma diferença de estatuto, temporalidade, ética e operacionalidade para o testemunho, o arquivo e a hermenêutica histórica.

Embora o aprofundamento desta discussão não seja o interesse deste artigo, é importante ressaltar que a discussão epistemológica empreendida (ao menos hegemonicamente) tem se preocupado em afirmar as relações entre memória e história, mas principalmente suas diferenças, evitando a embaraçosa discussão sobre os momentos em que a história é forçosamente equiparada à memória e toda a parafernália que ampara a aura supostamente “científica” do conhecimento histórico – bibliotecas, livros, arquivos, universidades – se vê equiparada, em seu valor, àquilo que relega ao estatuto de “fontes” a serem destrinchadas por um aparato metodológico.

A experiência da CRP “Rubens Paiva” foi um momento em que este curto-circuito operacionalizou-se de forma magistral. A partir das performances de James Green e Marisa Fernandes, bem como do relatório resultante desta audiência, é possível auferir como um momento de evocação de experiências

passadas e construção coletiva de memórias se superpõe a proposições intelectuais, verdadeiramente conectado a instituições acadêmicas.

Em seu testemunho, James Green lembra que um dos principais feitos daquela audiência e da que a precedera¹⁴ seria o lançamento de um livro sobre ditadura e homossexualidade. Contextualizando sua produção entre os anseios, potencialidades e expectativas em torno daquelas audiências para a discussão sobre o período 1964-1985, o depoente afirma que:

Renan e eu também chamou Marisa e seis outros escritores acadêmicos e ativistas para colaborar na produção de um livro com o título provisório “ditadura e homossexualidade – repressão, resistência e a busca pela verdade”, *que será publicado por um editora acadêmica de prestígio* e lançado no dia 27 de novembro, este ano, aqui em São Paulo (CNV, 2014, grifo meu).

Também o relatório da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, em seus parágrafos iniciais, deixava transparecer a conexão entre uma política de visibilidades e as produções historiográficas acadêmicas:

Com efeito, a atuação desta Comissão sempre esteve orientada para a visibilização política de setores marginalizados nas narrativas oficiais da história recente de nosso país. Mesmo na historiografia dedicada à ditadura, nota-se que havia uma lacuna de trabalhos mais sistemáticos e aprofundados com um recorte específico de gênero e sexualidade (SÃO PAULO, 2014, p.1).

Após elencar os pesquisadores convidados que haviam se apresentado naquela segunda audiência e especificar o conteúdo de suas falas, o texto do relatório retoma o tema das relações entre representação/visibilidade/memória e as produções acadêmicas:

Essas iniciativas marcam uma mudança de postura do Estado brasileiro digna de nota: *com as Comissões da Verdade, nota-se que começa a haver uma abertura mais visível, ainda que pequena, para que os marcadores sociais de diferenças sejam efetivamente levados em conta no trabalho de justiça e de memória feito pelo Estado brasileiro*, o que aconteceu de maneira muito tímida e pontual nos momentos anteriores.

Até o momento, pode-se afirmar que são poucas as tentativas de pesquisas que propõem essa relação entre a perseguição baseada em marcadores sociais da diferença (especificamente sexual e de gênero) e a repressão. Isso se explica em boa medida porque, por um lado, é fato que as restrições de direitos e as violências contra pessoas LGBT sempre existiram com certa tolerância (para não dizer convivência) das instituições políticas e órgãos de Estado. Por outro lado, percebe-se que a dimensão patriarcal, machista e homofóbica da violência do Estado acaba se diluindo na superfície dos padrões gerais de violações de direitos humanos da ditadura, que perseguiu não apenas homossexuais como se sabe, mas opositores políticos que eram vistos como ameaça ao regime estabelecido a partir do golpe (SÃO PAULO, 2014, p. 3-4, grifos meus).

Esta dimensão de superposição entre história e memória fica bastante articulada ao longo das falas. A maneira por meio da qual os testemunhos se conectam ou se superpõem às interpretações históricas do período precisam, também, ser encaradas a partir da maneira como os atores conectam, discursivamente, passado e presente histórico, assim como seu papel em ambos. Afirmou James Green:

¹⁴ As relações entre homossexualidades e ditadura haviam sido tratadas, anteriormente, numa audiência de novembro de 2013 da CNV. A audiência aqui analisada foi um desdobramento daquela, visando o aprofundamento das discussões.

Nunca escondi minha simpatia pela esquerda, apesar das fortes críticas que tenho e faço às práticas e ideias e comportamentos homofóbicos dentro das esquerdas. Tenho um orgulho enorme de ter participado do 1º de maio de 80, lançando uma ideia inédita e inconcebível naquele momento sobre a necessidade de confrontar e dialogar com o movimento sindical, as esquerdas e as forças progressistas do país (...) *Fizemos uma atividade importantíssima em 80 e hoje estamos fazendo algo tão importante, senão mais importante.* Critico o comportamento das esquerdas brasileiras dessa época, mas temos que ser conscientes de que nós transformamos a sua perspectiva. É importante lembrar que na Constituinte de 88, a bancada das esquerdas apoiou totalmente a proposta introduzida e defendida por Genuíno para incluir um item para incluir um item contra discriminação por orientação sexual na Constituição. Todas as esquerdas, sem exceção, e 25 % dos membros da Constituinte apoiaram esta proposta (CNV, 2014, grifo meu).

Pouco antes, o autor havia enfatizado o caráter histórico daquele momento, por seu pioneirismo em inserir o debate sobre o impacto da ditadura nas vidas de dissidentes sexuais. Importa destacar, também, a presença constante de marcadores capazes de denunciar ligações pessoais entre o falante, os eventos históricos que procura visibilizar na audiência e entre seus interlocutores oficiais – sejam estes os atores políticos ligados à CNV, os companheiros naquela audiência ou os próprios ouvintes. Estas marcas evidenciam-se em passagens como: “Meu nome é James Green, sou professor de história do Brasil na Universidade de Brown, *conhecido aqui no Brasil como Jimmy*” (CNV, 2014, grifo meu); “Fui fundador do grupo SOMOS, em 1978, *entre outros companheiros que estão aqui presentes ou ausentes (...)* E fui também fundador e dirigente da facção homossexual da Convergência Socialista, que foi o primeiro grupo de gays e lésbicas de um partido político na América Latina” (CNV, 2014, grifo meu).

Não apenas a marca permanente dos relatos em primeira pessoa denuncia a superposição entre experiências pessoais com realidade política, atualizada na superposição entre memória e escrita da história. Como relata James Green, após a primeira reunião da CNV realizada para debater as relações entre homossexualidades e ditadura, ele foi abordado para que dissesse o que esperava de uma segunda reunião (provavelmente por sua dupla condição como testemunha do período e historiador especializado no mesmo).

A ideia dessa atividade hoje surgiu de uma conversa que eu tinha com a Comissão Nacional da Verdade, em Brasília, no ano passado. Eu estava ajudando o grupo de trabalho de Paulo Sérgio Pinheiro a conseguir documentos nos arquivos norte-americanos e fui convidado a Brasília para conversar sobre esse assunto. Num jantar informal com Paulo Sérgio Pinheiro, Rosa Cardoso e Maria Rita Kehl, membros da Comissão Nacional da Verdade, a Rosa Cardoso me perguntou o que é que eu esperava da Comissão (CNV, 2014).

Dentre suas propostas estavam a já mencionada mudança de percepção acerca dos impactos da ditadura e alterações na percepção sobre a anistia de 1979. Importa perceber que Green anuncia, diretamente, que antes de se colocar na posição de historiador-testemunha, foi interpelado nesta condição.

A grande potencialidade destas passagens, em termos *queer*, para repensar as ligações entre memória e história está, mais uma vez, no questionamento a binarismos – neste caso, a um binarismo acadêmico que opõe memória (especialmente a memória individual) à operação historiográfica, geralmente relegando o testemunho a uma condição de saber subalterno, quando é qualificado como “fonte”. Importante notar que as tais fontes, não raramente, provêm exatamente de grupos subalternizados que a historiografia procura “interpretar”, mas poucas vezes validar na condição de saber. A experiência encontrada na 98ª Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva” dificilmente seria

endereçável a partir de questionamentos sobre “judicialização da história” – geralmente um incômodo produzido a partir de uma escrita heteronormativa da história. A razão, creio, é evidente: sejam quais forem as razões para tanto, os silêncios da historiografia hegemônica foram preenchidos exatamente pelos militantes (convertidos, paralelamente, em historiadores) que haviam sido protagonistas nos eventos históricos estudados.

A constituição da história como disciplina – tanto em suas vertentes mais correntes do século XIX como do século XX – pressupuseram uma distinção extrema entre “sujeito do conhecimento” e “objeto de pesquisa”. Como bem pontua Jorge Grespan:

se o defeito do conceito de verdade na base da concepção tradicional do método era supor uma diferença abismal entre o sujeito e o objeto, todo o nó estaria desatado se essa diferença fosse eliminada. A Escola Histórica também procurava uma ponte sobre o abismo, que seria justamente o método de neutralização do sujeito e afirmação do objeto. Os seus críticos do século xx apenas invertem a polaridade, ao recusar a objetividade do conhecimento e afirmar radicalmente a sua subjetividade (GRESPLAN, 2008, p. 298).

A proposição encampada por Grespan neste ensaio – fortemente ligada à fenomenologia e à hermenêutica – não deixa de ser altamente interessante, ao propor uma concepção intersubjetiva do método. Contudo, mesmo esta interpretação é incapaz de endereçar o contexto que aqui abordamos: temos, afinal, uma situação em que historiador e fontes históricas pertencem a uma mesma zona existencial. Trata-se do próprio curto-circuito da distinção moderna entre sujeito e objeto, consagrada na história a partir de binômios como intérprete/fontes, escrito/oral ou história/memória.

No que tange à relação entre arquivo e escrita da história, é importante notar que um dos principais pontos de estrangulamento para interpretar experiências de dissidentes no passado tem sido, exatamente, a ausência de fontes. Não se trata, apenas, de dificuldades advindas do silêncio e segredo a que as experiências dissidentes estavam relegadas até há pouco, mas também da sistemática dificuldade (e, em certos casos, desinteresse) em viabilizar e disponibilizar fontes através de arquivos.

A partir da maneira como o trabalho de produção historiográfica tem sido operacionalizado (uma espécie de “divisão acadêmica do trabalho”), o exercício de validação, manejo e constituição arquivos tem sido relegado a arquivistas, mais do que a historiadores. O resultado tem sido, não raramente, uma utilização pouco crítica dos mesmos e a invocação da materialidade das fontes como exterioridade plena ao discurso histórico. Concordamos com Étienne Anheim quando propõe que, na relação entre arquivos e escrita da história “[...] mais difícil ainda é precisar a natureza epistemológica dos arquivos e seu lugar no discurso teórico sobre a história” (ANHEIM, 2018, p. 122).

Se os arquivos têm sido produzidos, nas lógicas modernizantes e colonialistas, pelos mesmos ritmos que consagram a divisão público/privado (CHAKRABARTY, 2004), é importante recuperar os questionamentos teóricos que autores como Paul Preciado têm apresentado como centrais para a construção de uma história em perspectiva *queer*.

Claro, yo creo que la Historia es absolutamente crucial. Me da la impresión de que en muchos grupos queer contemporáneos una de las cuestiones importantes es la producción de un archivo propio, que no consiste en decir “bueno, seleccionemos no sé qué prácticas o no sé qué intervenciones y luego que venga el historiador y haga la historia de los movimientos”. No, se trata de que el activista sea un historiador crítico de sus propias prácticas. Por tanto, modificando el modo en que pensamos nuestras prácticas hoy, también estamos modificando cómo pensar el 68, cómo pensar la Guerra Civil. Es decir,

no solamente sacando esas dos o tres figuras de las mujeres que murieron en la guerra o de la lesbiana que... etcétera, etcétera. Se trata de generar otra figura de producción de conocimiento que es el activista archivista o el activista historiador crítico, capaz de generar algo así como un orden de conocimiento de sus propias prácticas y que no espera a que venga el gran historiador y que escriba la gran historia y que considere que los movimientos queer son notas al pie de página de aquí o allá. Creo que somos muchos los que pensamos en cómo llevar a cabo este proyecto. De hecho, ahora estoy trabajando mucho sobre el periodo de la dictadura. Estoy trabajando un proyecto llamado *Biopolítica del franquismo* al que he invitado a trabajar a gente como Roberto Esposito, sobre temas de inmunidad y biopolítica, porque me da la impresión de que hasta ahora el franquismo se ha trabajado con categorías historiográficas tremendamente clásicas y tradicionales, en las que, por ejemplo, la cuestión de la sexualidad o de las “minorías” era absolutamente marginal, cuando creo que no podemos comprender la estructura misma de las dictaduras —y aquí podría compartirse la visión con muchos casos de Latinoamérica— sin pensar en un conjunto de regímenes de género, de reproducción sexual, incluso de reproducción racial y nacional que están en la base de los proyectos dictatoriales. Por tanto, esas cuestiones no son simplemente pequeñas notas a pie de página como un pequeño proyecto de recuperación de memoria histórica, de “ay, saquemos al activista queer o al activista homosexual que mataron en aquella cárcel”, o la figura de Lorca, “qué pena, lo mataron porque era gay”. La cuestión no es solamente sacar a la figura del sometimiento sino pensar cuáles son los fundamentos de género, sexuales, raciales que están en la base de la biopolítica de la dictadura. Y hay que pensar en qué medida nosotros somos herederos de ese proyecto biopolítico. [...] Por eso yo soy muy crítico con esta cuestión de la memoria histórica, ya basta con “recuperemos la figura”, y vayamos realmente a una crítica de las raíces, si quieres sexopolíticas, por llamarle de algún modo, incluso raciales y políticas de los proyectos dictatoriales, por pensar en la historia que más nos aproximaría al tema de las dictaduras de los años cuarenta, cincuenta (PRECIADO, 2019, p. 94-95).

A proposta do autor aponta uma dinâmica pertinente para a análise *queer* da 98ª Audiência. Se recuperamos a argumentação de que o evento em si constitui um espaço de produção de saber, sua produção narrativa pode ser encarada como um processo de arquivamento. Narrar, evocar vivências em caráter oficial tem o efeito de inscrever, a partir da polivalente postura de historiadores-testemunhas-ativistas-arquivistas, vivências até então apagadas em espaços oficiais.

Certamente, é preciso destacar, o objetivo (por vezes declarado) é inscrever tais experiências na memória oficial. Neste ponto, a divergência entre uma postura *queer* e o ativismo LGBT fica evidenciado. Apesar desta diferença, há convergência com a proposta de Preciado (que, aqui, encampamos) de escavar essas vivências passadas em conexão com as experiências presentes, recuperando os elos que as unem e as dinâmicas profundas que viabilizam sobrevivências históricas. Os atores históricos, a partir de sua posição de ativistas e historiadores, favorecem a emergência da nova forma de produzir conhecimento defendida por Preciado.

Finalizamos, a partir da postura *queer* antiutópica e desestabilizadora aqui encampada, afirmando que nos interessa mais apontar a contradição e invocá-la como princípio para desconstrução do que racionalizá-la e oferecer-lhe explicações/saídas. Reitero, ainda, que as propostas avançadas neste artigo não são, necessariamente, aquelas que os atores históricos do movimento LGBT que participam do evento analisado encampam. Estou, é preciso ressaltar, muito mais próximo da desconfiança de Paul

Preciado¹⁵ ao avaliar a memória histórica do que do esforço dos ativistas em inscrever as experiências dissidentes na memória oficial da nação, embora eu reconheça os evidentes méritos desta postura (e, como demonstrado ao longo do artigo, o próprio potencial disruptivo que esta busca possui).

Importante marcar, também, que este curto-circuito entre memória/história e arquivo/escrita da história manifesta-se a partir de experiências não heteronormativas (coincidência?). A experiência da audiência aqui analisada, afinal, abre janelas interessantes para questionamentos acerca do conhecimento histórico e suas limitações, à medida que nos escancara outras possibilidades para apropriação das experiências passadas.

CONCLUSÃO

Procuramos, neste artigo, propor uma interpretação para as novas possibilidades de usos do passado abertas pela 98ª audiência da Comissão Nacional da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”, partindo de um referencial e postura intelectual aberto por determinada vertente das teorizações *queer*. Para levar a análise a cabo, valemo-nos da análise documental, privilegiando três fontes: os depoimentos de James Green e Marisa Fernandes na citada Comissão; e o relatório resultante da mesma.

A partir de duas categorias analíticas construídas a partir da interpretação do material - *pluralidade das esquerdas e pessoalidade da política* – propusemos uma interpretação que buscou dimensionar a possibilidade *queer* de utilizar o passado histórico evocado a partir da 98ª audiência de forma desestabilizadora e não binária, questionando certas percepções correntes sobre o período ditatorial (e, por consequência, encontrando subsídios para pensar outras formas de dimensionar a própria política) e a divisão estrita entre memória e operação histórica.

Os *insights* aqui propostos não procuram oferecer qualquer forma de interpretação definitiva ou absoluta, mas, antes, abrir frestas *queer* capazes de complexificar o labor intelectual – de historiadores e não historiadores – e somar questionamentos, mais do que respostas, a um debate ainda urgente.

15 Como afirma Paul Preciado: “Com respecto a la idea de *memoria*, ¿qué deciros? Yo suelo desconfiar de los proyectos de memoria histórica, porque se presentan siempre como con una afinidad hacia el pasado histórico, como una recuperación de memoria histórica, pero en realidad, bien sabemos que – como nos enseñó Derrida, hablando del archivo – en realidad todo proyecto de memoria histórica es un proyecto de algo nuevo que de alguna manera construye, por ejemplo, una nueva ficción nacional, o construye un mito a partir del cual se piensa levantar un cierto entramado social” (PRECIADO, 2019, p. 95).

REFERÊNCIAS

- ANHEIM, Étienne. Arquivos singulares – o estatuto dos arquivos na epistemologia histórica. Uma discussão sobre *A memória, a história, o esquecimento*, de Paul Ricouer. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia. *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.
- BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil – 1900-2000*. Rio de Janeiro, Mauad X, 2007.
- BRASIL. *Comissão Nacional da Verdade. Relatório. Volume I*. Brasília: CNV, 2014. 976p.
- BOURCIEUR, Marie-Hélène. *Queer Zones: politiques des identités sexuelles, des représentations e des savoir*. Paris: Balland, 2000.
- BUTLER, Judith. *Corpos que importam: os limites discursivos do “sexo”*. São Paulo: Crocodilo Edições, 2019.
- BUTLER, Judith. *Excitable Speech: a politics of the performative*. Nova Iorque: Routledge, 1997.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero. Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003.
- CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. História e análise de textos. In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História. Ensaios de Teoria e Metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997, p.375-399.
- CHARMAZ, Kathy. *A construção da teoria fundamentada: um guia prático para a análise qualitativa*. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- COLLING, Leandro. Impactos e/ou sintonias dos estudos queer no movimento LGBT no Brasil. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.
- COWAN, Benjamin. Homossexualidade, ideologia e “subversão” no regime militar. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan. *Ditadura e Homossexualidade: repressão, resistência e a busca pela verdade*. São Carlos: edufscar, 2021.
- DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo, Perspectiva/EDUSP, 1973.
- FERNANDES, Marisa. Ações Lésbicas. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.
- FERREIRA, Marieta de Moraes. Demandas sociais e história do tempo presente. In: Varella, Flavia; Mollo, Helena Miranda; Pereira, Mateus Henrique de Faria; Mata, Sergio da (Orgs.). *Tempo presente e usos do passado*. Rio de Janeiro: FGV, 2012.
- FICO, Carlos. Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas. *Revista Tempo e Argumento*, Florianópolis, v. 9, n. 20, p. 05 - 74. jan./abr. 2017.
- FOSTER, David W. Consideraciones sobre el estudio de la heteronormatividade en la literatura latinoamericana. *Letras: literatura e autoritarismo*, Santa Maria, n. 22, jan./jun. 2001.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France, 1975-1976. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

- GREEN, James N. *Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. Tradução: Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. 2. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2019.
- GREEN, James. Forjando alianças e reconhecendo complexidades: as ideias e experiências pioneiras do Grupo Somos. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.
- GREEN, James N. *Revolucionário e gay: a vida extraordinária de Herbert Daniel - pioneiro na luta pela democracia, diversidade e inclusão*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- GRESPLAN, Jorge. Considerações sobre o método. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2008.
- HALBERSTAM, Jack. Repensando o sexo e o gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Orgs.). *Pensamento Feminista Hoje: sexualidades no sul global*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004;
- HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- HOLLANDA, Cristina Buarque; ISRAEL, Vinícius Pinheiro. Panorama das Comissões da Verdade no Brasil: uma reflexão sobre novos sentidos de legitimidade e representação democrática. *Rev. Sociol. Polit.* 27 (70), 2019.
- JENKINS, Keith. *A História Refigurada: novas reflexões sobre uma antiga disciplina*. São Paulo: Contexto, 2014.
- KLEINBERG, Ethan. *Haunting History: for a deconstructive approach to the past*. Stanford: Stanford University Press, 2017.
- KUSHNIR, Beatriz. Da tesourinha o sacerdote: os dois últimos chefes da cena brasileira. In: MARTINS FILHO, João Roberto (Orgs.). *O golpe de 1964 e o regime militar: novas perspectivas*. São Carlos: Edufscar, 2014.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios, 2015.
- LAURETIS, Teresa. A Tecnologia de Gênero. In: Hollanda, Heloisa Buarque de (org.). *Pensamento Feminista: conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- MOTTA, Rodrigo Patto de Sá. *Passados Presentes: O golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.
- NAPOLITANO, Marcos. O Golpe de 1964 e o Regime Militar Brasileiro -Apontamentos para uma Revisão Historiográfica. *Contemporânea*, v.2, 2011.
- NAVARRO-SWAIN, Tânia. História, construção e limites da memória social. In: RAGO, Margareth; FUNARI, Pedro Paulo (org.). *Subjetividades antigas e modernas*. São Paulo: Annablume, 2008.

NORA, Pierre. *Entre mémoire et histoire: la problématique dès lieux*. In *Lês lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984

PAULA, Celia Regina do Nascimento de; VIEIRA, Fernando Antonio da Costa. A Comissão da Verdade no Brasil: a luta pela memória em uma democracia fragilizada, *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 121 | 2020.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: vol. 2, nº 3, 1989.

PRECIADO, Paul. La Nación es Obsoleta: Entrevista con Paul B. Preciado [Entrevista concedida a] Georgina Carbaján e Cecilia Núñez]. *Revista de la Universidad de México*. Ciudad de Mexico, p. 89-95, 2019.

QUINALHA, Renan. *Contra a moral e os bons costumes: a ditadura e a repressão à comunidade LGBT*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

QUINALHA, Renan. Uma ditadura hetero-militar: notas sobre a política sexual do regime autoritário brasileiro. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (org.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

RANCIÈRE, Jacques. *O desentendimento: filosofia e política*. São Paulo: Editora 34, 2018.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: UNICAMP, 2007.

ROLLEMBERG, Denise. Esquerdas revolucionárias e luta armada. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano: o tempo da ditadura – regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Silveira. *História & Documento e Metodologia de Pesquisa*. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

SCHMIDT, Benito Bisso. “João ama Pedro! Por que não?”: a trajetória de um militante socialista em tempos de redemocratização. In: GREEN, James; QUINALHA, Renan; CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa (Orgs.). *História do Movimento LGBT no Brasil*. São Paulo: Alameda, 2018.

SCHMIDT, Benito Bisso; BASTOS, Mariana; MEDEIROS, Tiago. Páginas de transgressão, de dor e de luta: a imprensa periódica como fonte para uma história social e cultural das homossexualidades masculinas no Brasil. In: SOUTO MAIOR, Paulo; SILVA, Fábio Ronaldo (org.). *Páginas de Transgressão: a imprensa gay no Brasil*. Uberlândia: O Sexo da Palavra, 2021.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Outras histórias de Clio: escrita da história e homossexualidades no Brasil. In: SOUZA NETO, Miguel Rodrigues de; GOMES, Aguinaldo Rodrigues (org.). *História & Teoria Queer*. Salvador: Editora Devires, 2018.

WOLFF, Cristina Scheibe. O gênero da esquerda em tempos de ditadura. In: PEDRO, Joana Maria; WOLFF, Cristina Scheibe (Orgs.). *Gênero, feminismos e ditaduras no cone sul*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2010.